

RUASINVEST
Participações S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014**



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Diretores da
RUASINVEST Participações S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da RUASINVEST Participações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras

1. Durante o exercício de 2012, a Companhia adquiriu participação societária na Caio Induscar - Indústria e Comércio de Carrocerias Ltda. ("Investida"), avaliando tal investimento pelo método da equivalência patrimonial. A Companhia, nessa aquisição, registrou um ganho por compra vantajosa de R\$ 7.129 mil, conforme nota explicativa 10 às demonstrações financeiras, que está sendo apresentado como redutor da conta de investimentos. Entretanto, até a conclusão dos nossos trabalhos referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Administração da Companhia não providenciou a avaliação do valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da Investida, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Em decorrência desse assunto, não nos foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes em relação ao saldo dos investimentos, assim como nos elementos componentes das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa dos exercícios findos naquelas datas, bem como os efeitos tributários.
2. Conforme mencionado na nota explicativa 1.2 às demonstrações financeiras, a RuasInvest mantém 30% de participação acionária na OM Linha 6 Participações S.A. ("OM Linha 6"), e os 70% restantes pertencem a Odebrecht Mobilidade S.A. ("Odebrecht Mobilidade"), empresa do Grupo Odebrecht. As demonstrações financeiras da OM Linha 6 em 31 de dezembro de 2015, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram parecer com ressalva datado de 20 de junho de 2016 pelo fato de até a conclusão de seu trabalho a acionista majoritária Odebrecht Mobilidade não ter concluído investigação sobre assuntos relacionados a Operação Lava-Jato e seus potenciais desdobramentos e impactos para a OM Linha 6. Consequentemente não foi possível aqueles auditores concluir sobre a necessidade ou não de ajustes às demonstrações financeiras da OM Linha 6 em 31 de dezembro de 2015, nem tampouco nos foi possível concluir sobre o tema por meio de outros procedimentos de auditoria. Em decorrência dos possíveis desdobramentos desse assunto, não foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes em relação ao valor do investimento na OM Linha 6 registrado no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2015, assim como nos elementos componentes das demonstrações do resultado, em especial no resultado da equivalência patrimonial, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data.

**Opinião com ressalvas**

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos mencionados no parágrafo “Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras”, as demonstrações financeiras, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da RUASINVEST Participações S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 14 de outubro de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Orlando Octávio de Freitas Júnior
Contador CRC 1SP178871/O-4

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

RUASINVEST Participações S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2015	2014	Passivo	Nota	2015	2014
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	16.185	366	Empréstimos e financiamentos	12	38.912	17.502
Aplicações financeiras	5	-	42.350	Impostos e contribuições a recolher	13	2.192	131
Contas a receber	6	3.880	-	Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar	16.c	4.207	23.183
Empréstimos - partes relacionadas	7	-	863	Outras contas a pagar	14	464	1.460
Impostos a recuperar		1.965	1.563				
Outras contas a receber	8	6.199	1.991				
Total do circulante		28.229	47.133	Total do circulante		45.775	42.276
Não circulante				Não circulante			
Empréstimos - partes relacionadas	7	46.825	8.403	Empréstimos e financiamentos	12	23.885	55.195
Títulos e valores mobiliários	9	4.469	6.296	Provisão para perdas em investimentos	10	9.584	7.794
				Provisão para contingências	15	4.038	-
Total do realizável a longo prazo		51.294	14.699	Total do não circulante		37.507	62.989
Investimentos	10	297.699	298.562	Patrimônio líquido	16		
Imobilizado	11	44.148	50.043	Capital social		321.000	273.000
				Reservas de lucros		6.816	32.172
Total do não circulante		393.141	363.304	Ajuste de avaliação patrimonial		10.272	-
				Total do patrimônio líquido		338.088	305.172
Total do ativo		421.370	410.437	Total do passivo e patrimônio líquido		421.370	410.437

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RUASINVEST Participações S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	2015	2014
Receita operacional líquida	17	8.722	-
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	(14.124)	(11.994)
Resultado da equivalência patrimonial	10	16.870	66.524
Outras receitas operacionais	19	18	26.516
Outras despesas operacionais	19	<u>(6.190)</u>	<u>(13.937)</u>
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		5.296	67.109
Receitas financeiras	20	15.241	9.024
Despesas financeiras	20	<u>(17.293)</u>	<u>(24.774)</u>
Despesas financeiras líquidas		(2.052)	(15.750)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		3.244	51.359
Imposto de renda e contribuição social - corrente	21	<u>-</u>	<u>(2.552)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>3.244</u>	<u>48.807</u>
Resultado por ação		<u>0,01</u>	<u>0,18</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RUASINVEST Participações S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	2015	2014
Lucro líquido do exercício		3.244	48.807
Outros resultados abrangentes:			
Investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial			
- participação nos Outros Resultados Abrangentes	10	<u>10.272</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total		<u>13.516</u>	<u>48.807</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RUASINVEST Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

Nota	Capital social	Reserva de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Total			
Saldos em 31 de dezembro de 2013	75.000	4.131	175.211	179.342	-	-	254.342
Transações com acionistas e constituição de reservas							
Aumento de capital social com utilização de lucros acumulados	16.a	172.794	-	(172.794)	(172.794)	-	-
Aumento de capital social em dinheiro	16.a	25.206	-	-	-	-	25.206
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	48.807	48.807
Destinação:							
Constituição de reserva legal	16.b	-	2.440	-	2.440	-	(2.440)
Distribuição de lucros	16.c	-	-	-	-	(23.183)	(23.183)
Transferência para reserva de lucros	16.d	-	-	23.184	23.184	-	(23.184)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	273.000	6.571	25.601	32.172	-	-	305.172
Transações com acionistas e constituição de reservas							
Aumento de capital social com utilização do saldo de dividendos a pagar	16.a	23.183	-	-	-	-	23.183
Aumento de capital social com utilização de AFAC	16.a	1.167	-	-	-	-	1.167
Aumento de capital social com utilização de reserva de lucros	16.a	23.650	-	(23.650)	(23.650)	-	-
Resultados abrangentes do exercício							
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	3.244	3.244
Outros resultados abrangentes do exercício		-	-	-	10.272	-	10.272
Total dos resultados abrangentes do exercício		-	-	-	10.272	3.244	13.516
Juros sobre capital próprio	16.c	-	-	-	-	(4.950)	(4.950)
Absorção de prejuízos com reservas	16.d	-	-	(1.706)	(1.706)	1.706	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	321.000	6.571	245	6.816	10.272	-	338.088

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RUASINVEST Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	3.244	48.807
Ajustes para:		
Equivalência patrimonial	(16.870)	(66.524)
Realização do ganho com compra vantajosa pela venda do investimento	-	(9.210)
Baixa de investimento	74	-
Perda de investimento em coligada	404	-
Depreciação	6.029	6.017
Provisão para contingências	4.038	-
Juros apropriados empréstimos e financiamentos	10.012	13.991
Juros apropriados a receber dos empréstimos a receber de partes relacionadas	(999)	-
Variação cambial com empréstimos a receber de partes relacionadas	(6.100)	-
Imposto de renda e contribuição social	-	2.552
	(168)	(4.367)
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber	(3.880)	-
Impostos a recuperar	(402)	204
Outras contas a receber	(4.208)	2.082
Títulos e valores mobiliários	1.827	3.154
Aumento (redução) nos passivos		
Impostos e contribuições a recolher	1.318	3
Outras contas a pagar	(996)	(2.633)
Impostos de renda e contribuição social pagos	-	(2.552)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	(7.706)	-
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades operacionais	(14.215)	(4.109)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Resgate das aplicações financeiras	42.350	21.905
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	(31.323)	-
Empréstimos recebidos de partes relacionadas	863	5.892
Aumento de capital em investidas	(6.045)	(21.766)
Recebimento da venda de participações societárias	-	22.649
Aquisição de imobilizado	(134)	(2)
Dividendos recebidos das investidas	35.362	5.880
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	41.073	34.558
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamento	20.114	22.537
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(32.320)	(60.737)
Aumento de capital social	1.167	25.206
Pagamentos de dividendos	-	(17.465)
Caixa líquido usados nas atividades de financiamentos	(11.039)	(30.459)
Aumento / (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	15.819	(10)
Demonstração do aumento / (redução) do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	366	376
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	16.185	366
Aumento / (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	15.819	(10)
Divulgação adicional - transação não caixa		
Aumento de capital social com utilização do saldo de dividendos a pagar	23.183	-
Juros sobre capital próprio a pagar	4.207	-
IRRF sobre juros sobre capital próprio a pagar	743	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A RUASINVEST Participações S.A. (“Companhia” ou “RuasInvest”) é uma holding que tem como objeto social a participação em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista, e atua na representação comercial e agentes do comércio de veículos automotores. Está constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.901, 5º andar, Sala 2, - Torre Oeste, São Paulo, Estado de São Paulo.

A RUASINVEST Participações S.A. é uma Companhia do Grupo Ruas, utilizando-se dos recursos administrativos, financeiros e tecnológicos das empresas do Grupo. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

1.1 Controladas em conjunto, coligadas e não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

A Companhia possui controle compartilhado da Montgomery Participações S.A. (“Montgomery”). A Montgomery é detentora de 30% do capital votante da Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.. A Companhia também possui controle compartilhado da OM Linha 6 Participações S.A. que é detentora de 19,61% do capital votante da Concessionária Move São Paulo S.A..

Adicionalmente, e conforme divulgado na nota explicativa 10, a Companhia é sócia de diversas empresas cujos percentuais de participação no capital social variam de 17,65% a 66,88% (Controladas em conjunto e Coligadas), no entanto todas as decisões relevantes são feitas de forma compartilhada entre a Companhia e os demais sócio-quotistas, independente do percentual de participação, por esse motivo a Companhia divulga suas demonstrações financeiras somente de forma individual, ou seja, não apresenta as demonstrações financeiras consolidadas.

1.2 OM Linha 6 Participações S.A. (“OM Linha 6”)

Os entendimentos para a adesão da Companhia no consórcio da Linha 6 do metrô de São Paulo iniciaram-se em 2013, e em maio de 2015, formalizou-se o ingresso da RuasInvest no projeto por meio da participação acionária na OM Linha 6 Participações S.A..

A RuasInvest detém 30% de participação acionária na OM Linha 6 e os 70% restantes pertencem a Odebrecht Mobilidade S.A. (“OM S.A.”), empresa do Grupo Odebrecht.

Como é de conhecimento público, estão em andamento, desde 2014, investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal e Polícia Federal, no âmbito da chamada Operação Lava Jato, que investiga, principalmente, práticas relacionadas a corrupção e lavagem de dinheiro e que envolvem empresas, ex-executivos e executivos do Grupo Odebrecht, do qual a OM Linha 6 faz parte.

A Administração da RuasInvest entende que pelo fato da OM Linha 6 pertencer ao Grupo Odebrecht essa investida está sujeita a possíveis efeitos advindos das investigações feitas nas empresas desse Grupo e, somente por isso, resolveu divulgar essas informações em suas notas explicativas. Nesse contexto, a Administração da RuasInvest consubstanciada no Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais (“Relatório dos auditores”) e nas Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 da OM Linha 6 informa que:

- (i) Os administradores da OM Linha 6 reconhecem a ressalva contida no Relatório dos auditores, mas não tem conhecimento do conteúdo das ações e medidas tomadas pelos administradores das outras empresas do Grupo Odebrecht relacionadas a eventuais acordos ou discussões correspondentes, bem como do conteúdo de outras ações administrativas e judiciais em curso contra outras empresas do Grupo Odebrecht no âmbito da Operação Lava Jato;
- (ii) No âmbito específico da Operação Lava Jato, a controladora indireta da OM Linha 6, OTP, contratou, recentemente, um escritório de advocacia para realizar uma investigação independente, com o objetivo de apurar o reflexo no Grupo Odebrecht, e/ou executivos e ex-executivos de eventos relacionados a essa investigação; e
- (iii) A OM Linha 6 (a) não foi notificada a respeito de ser objeto de investigação no nível do Grupo Odebrecht, (b) nunca sofreu busca e apreensão em seu estabelecimento e (c) não tem nenhum executivo indiciado, denunciado ou tampouco condenado. Considerando que a Companhia não teve acesso ao resultado do trabalho de investigação no qual se apura o suposto envolvimento de ex-executivos e executivos do Grupo Odebrecht, do qual a OM Linha 6 faz parte, em práticas relacionadas a corrupção e lavagem de dinheiro não é possível determinar se a Companhia será afetada em decorrência dos desdobramentos das referidas investigações.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 14 de outubro de 2016.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 11** - Determinação da vida útil dos bens do imobilizado;
- **Nota explicativa nº 22** - Instrumentos financeiros.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2015, a Administração considerou como passivo não circulante os valores referentes aos investimentos cujos saldos naquela data-base estava credor. Por esse motivo, e para uma melhor apresentação e comparabilidade das demonstrações financeiras correspondentes, o saldo credor de R\$ 7.794 divulgado inicialmente na rubrica investimento em 31 de dezembro de 2014, foi reclassificado para o passivo não circulante na rubrica “Provisão para perdas em investimentos” nesse conjunto de demonstrações financeiras.

A Administração também procedeu com uma revisão mais detalhada das divulgações feitas na demonstração do resultado e observou a necessidade de reclassificar o valor de R\$ 1.282 referente às comissões de fianças divulgado inicialmente na rubrica de “Despesas gerais e administrativas” em 31 de dezembro de 2014. Esse valor trata-se de despesas financeiras e por esse motivo o saldo de 2014, mencionado anteriormente, foi reclassificado para rubrica “Despesas financeiras” nesse conjunto de demonstrações financeiras. Por fim, para uma melhor apresentação e comparabilidade dos valores correspondentes da demonstração do fluxo de caixa, o valor de R\$ 21.905 referente a variação dos saldos das aplicações financeiras apresentado originalmente nas atividades operacionais das demonstrações financeiras de 2014, foi reclassificado para a atividade de investimento nesse conjunto de demonstrações financeiras.

Os valores mencionados anteriormente são irrelevantes no contexto dessas demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

(i) *Transações em moeda estrangeira*

Quando aplicável, transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração dos resultados.

b. Instrumentos financeiros

(i) *Ativos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento*

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) *Ativos financeiros não derivativos - Mensuração*

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentadas pela Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo por meio do resultado compreendem aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não seja cotado no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis compreendem caixa e equivalentes de caixa, empréstimos - partes relacionadas e outras contas a receber.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e bancos, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento - Aplicações financeiras

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda (ações) são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores de ativos financeiros. Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é desconhecido, os ganhos e perdas acumulados mantidos em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

(iii) *Passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e mensuração*

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Outros passivos financeiros não derivativos compreendem empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações de instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2015 e 2014.

Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos incrementais atribuídos diretamente à emissão de novas ações ou opções são reconhecidos no patrimônio líquido como dedução, líquida de impostos, dos recursos obtidos.

Dividendos mínimos obrigatórios

Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos como passivo quando designados.

c. Ativos circulantes e não circulantes

Investimentos

Os investimentos em controladas em conjunto e em coligadas onde a Companhia possui influência significativa, mas não o controle, são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessárias.

O custo dos ativos imobilizados inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas / outras despesas operacionais no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento.

As vidas úteis estimadas para os exercícios correntes e comparativos estão demonstradas na nota explicativa nº 11.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativa contábil.

Arrendamento mercantil

Arrendamento financeiro

Os bens adquiridos nesta modalidade são reconhecidos como ativos e depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

d. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

e. Receita operacional

(i) Comissão

Quando a Companhia atua como agente, ao invés de principal em uma transação, a receita reconhecida é o valor líquido da comissão recebida, ou a receber, pela Companhia.

f. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros sobre empréstimos entre partes relacionadas. Receitas com juros são reconhecidas no resultado do exercício utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros e as distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras compreendem principalmente despesas de juros sobre empréstimos entre partes relacionadas, empréstimos com instituições financeiras, perdas sobre aplicações financeiras, impostos sobre operações financeiras, juros sobre o capital próprio e comissões de fiança. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado por meio do método de juros efetivos.

g. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício anterior foram calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. No exercício corrente houve um prejuízo fiscal.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

A Companhia não constituiu o imposto de renda e contribuição sociais diferidos sobre os prejuízos fiscais acumulados, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, devido não preencher os requisitos estabelecidos no CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, que determina, entre outros, a existência de lucros tributários futuros para o reconhecimento dos créditos de impostos.

h. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

i. Novas normas, alterações e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações internacionais serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016 ou futuramente e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

(i) IFRS 9 - Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

(ii) IFRS 15 Revenues from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma, quando for adotada, vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando um abordagem de efeitos cumulativos.

(iii) IFRS 16 - Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 exige uma entidade a reconhecer que todos os arrendamentos nos quais a Companhia é arrendatária deverão estar reconhecidos no balanço. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui a IAS 17 - Arrendamentos.

A Companhia está avaliando os potenciais impactos que os novos pronunciamentos contábeis poderão acarretar nas demonstrações financeiras e divulgações, e não pretende adotá-los antecipadamente.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRS 14 - Regulatory Deferral Accounts (Contas Regulatórias de Diferimento);
- Accounting for Aquisitions of Interests in Joint Operations (Contabilização de Aquisições de participações em Operações em conjunto) (alteração do IFRS 11);
- Clarification of Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation (Esclarecimento sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações da IAS 16 e IAS 38);
- Defined Benefit Plans: Employee Contributions (Plano de Benefício Definido: Contribuição de empregados) (alteração da IAS 19);
- Melhorias anuais das IFRSs de 2012 - 2014.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes as estas normas. Adoção antecipada não é permitida.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2015	2014
Caixa	148	17
Bancos conta movimento	133	349
Aplicações financeiras de liquidez imediata	15.904	-
	16.185	366

- (a)** Aplicações financeiras de liquidez imediata

Instituição financeira	Último vencimento	Rendimento	2015	2014
Banco Safra	17/10/2017	100% CDI	5.756	-
Banco Citibank	03/10/2017	100% CDI	557	-
Banco Luso Brasileiro	07/11/2016	100% CDI	5.484	-
Banco Safra	16/12/2016	100% CDI	119	-
Banco Safra	01/01/2016	LFT	3.977	-
Outros Bancos	-	-	11	-
			15.904	-

Durante o exercício de 2015, a Administração revisitou sua estratégia relacionada ao tratamento das aplicações financeiras e devido a necessidade de caixa essas aplicações financeiras estão sendo utilizadas para atenderem compromissos de curto prazo, pois sua disponibilidade passou a ser imediata. Essas aplicações estão substancialmente lastreadas a Certificado de Depósito Bancário (CDB) remunerados pela variação de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5 Aplicações financeiras

Instituição financeira	Vencimento	Rendimento	2015	2014
Banco Safra	14/08/2015	100% CDI	-	32.974
Banco Citibank	19/10/2015	100% CDI	-	2.501
Banco Luso Brasileiro	07/11/2016	100% CDI	-	3.480
Banco Safra	16/12/2016	100% CDI	-	12
Banco Safra	01/01/2016	LFT	-	3.376
Banque Privee Espírito Santo	20/05/2019	4,375% a.a.	-	7
			-	42.350

Até 31 de dezembro de 2014, as aplicações financeiras eram, também, substancialmente lastreadas em Certificados de Depósito Bancários (CDB) e remunerados pela variação de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), no entanto aqueles ativos não eram destinados para atenderem compromissos de curto prazo, motivo pelo qual foram destacados em rubrica específica de aplicações financeiras e não foram apresentados na conta de caixa e equivalentes de caixa.

6 Contas a receber

	2015	2014
Contas a receber mercado interno - Comissão (a)	3.381	-
Outras contas a receber	499	-
	3.880	-

(a) O saldo referente a Comissão foi recebido em fevereiro de 2016.

7 Transações com partes relacionadas

Ativo	Modalidade	Encargos	Vencimento	2015	2014
APM Investimentos e Participações Ltda.	Mútuo	(a)	(a)	31.899	863
Viséu Investimentos Ltda.	Mútuo	(b)	(b)	41	-
AMA Waters LLC	Mútuo	(c)	(c)	14.885	8.403
Total				46.825	9.266
			Circulante	-	863
			Não circulante	46.825	8.403
				46.825	9.266
Passivo	Modalidade	Encargos	Vencimento	2015	2014
VT Cunha Participações Ltda. (c) - Nota 12	Mútuo	100% CDI	30/06/2015	-	898
				-	898

- (a) Nos contratos de mútuo não há incidência de juros, bem como não há vencimento.
 (b) Mútuo com acréscido de Variação cambial + 2,45% a.a. + Libor referenciada por 3 meses. Sem data de vencimento.
 (c) O contrato com VT Cunha Participações Ltda. foi integralmente liquidado em junho de 2015.

8 Outras contas a receber

	2015	2014
Dividendos a receber	2.499	-
Juros sobre capital próprio a receber	1.388	-
Outras contas a receber	2.312	1.991
	6.199	1.991

9 Títulos e valores mobiliários

Esses títulos e valores mobiliários (Ações) estão sob bloqueio (garantia), vinculadas à fiança internacional GE-2010/593, relacionada ao contrato de financiamento da Concessionária Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., por esse motivo estão sendo apresentadas no ativo não circulante.

Instituição financeira (a)	Ação	Data da compra	Valor de custo	Valor justo em 2015	Valor justo em 2014
Banco do Brasil S/A	PETR4	27/10/2009	6.774	1.177	1.760
Banco Bradesco S/A	VALE5	27/10/2009	1.985	503	944
Banco Itau S/A	CCR03	27/10/2009	1.459	2.169	2.663
Banco do Brasil S/A	PETR4	17/12/2009	1.341	368	551
Banco Itau S/A	CSNA3	17/12/2009	650	166	224
Banco Itau S/A	POMO4	17/12/2009	71	85	153
Banco Bradesco S/A	BVMF3	30/11/2007	1	1	1
			12.281	4.469	6.296

- (a) As instituições financeiras indicadas representam os custodiantes das ações adquiridas pela Companhia.

10 Investimentos e Provisão para perdas de investimentos

10.1 Investimentos

	2015	2014
Investimentos em participações societárias (Controladas em conjunto e coligadas)	304.828	305.691
Ganho com compra vantajosa	<u>(7.129)</u>	<u>(7.129)</u>
	<u>297.699</u>	<u>298.562</u>

10.2 Provisão para perdas em investimentos

	2015	2014
Investimentos em participações societárias (Controladas em conjunto e coligadas)	9.584	7.794

10.3 Composição dos investimentos

	Investimentos em participações societárias		Ganho com compra vantajosa		Saldo final líquido dos investimentos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Caio Induscar - Indústria e Comércio de Carrocerias Ltda.	206.977	218.052	(7.129)	(7.129)	199.848	210.923
Montgomery Participações S.A.	46.122	41.014	-	-	46.122	41.014
RC Participações S.A.	43.492	38.390	-	-	43.491	38.390
OM Linha 6 Participações S.A.	3.733	-	-	-	3.733	-
Tec Glass Indústria e Comércio de Vidros Ltda.	2.159	2.594	-	-	2.159	2.594
Fiberbus - Indústria e Comércio de Fibras de Vidro Ltda.	1.574	4.179	-	-	1.574	4.179
GR3 Distribuidora de Alumínio Ltda.	551	1.029	-	-	551	1.029
CEAC - Centro Administrativo Caio Ltda.	191	101	-	-	192	101
GRE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	25	24	-	-	25	24
Queluz Participações Ltda.	2	-	-	-	2	-
CHIP - Caio Induscar Industrial Participações Ltda.	2	-	-	-	2	-
Twice Investimentos e Participações Ltda.	-	308	-	-	-	308
	<u>304.828</u>	<u>305.691</u>	<u>(7.129)</u>	<u>(7.129)</u>	<u>297.699</u>	<u>298.562</u>

10.4 Composição da Provisão para perdas em investimentos

	2015	2014
Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A.	5.471	4.627
TVO Publicidade S.A.	3.528	2.926
CPA Centro de processamento de alumínio Ltda.	<u>585</u>	<u>241</u>
	<u>9.584</u>	<u>7.794</u>

10.5 Informações relevantes sobre os investimentos avaliados por equivalência patrimonial

Empresa	Quotas / Ações possuídas pela Companhia		% de participação da Companhia		Ativo		Passivo		Patrimônio líquido		Resultado do exercício	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Caio Induscar - Indústria e Comércio de Carrocerias Ltda.	147.000.000	73.500.000	49,00%	49,00%	750.812	767.747	342.956	329.967	407.856	437.780	36.957	89.721
Montgomery Participações S.A.	8.914.802	8.914.802	50,00%	50,00%	95.273	82.033	3.030	7	92.243	82.026	1.631	24.250
RC Participações S.A.	54.302.563	54.132.700	66,88%	66,67%	65.028	58.607	-	-	65.028	58.607	6.385	470
OM Linha 6 Participações S.A.	7.161.370	-	30,00%	0,00%	12.458	-	16	-	12.442	-	(2.105)	-
Tec Glass Indústria e Comércio de Vidros Ltda.	2.450.000	1.868.260	49,00%	49,00%	11.345	10.578	6.940	5.283	4.405	5.295	(889)	1.205
Fiberbus - Indústria e Comércio de Fibras de Vidro Ltda.	1.715.000	341.040	49,00%	49,00%	9.171	12.982	5.959	4.451	3.212	8.531	(1.319)	10.655
GR3 Distribuidora de Alumínio Ltda.	490.000	245.000	49,00%	49,00%	6.958	3.970	5.833	1.870	1.125	2.100	125	875
CEAC - Centro Administrativo Caio Ltda.	98.000	49.000	49,00%	49,00%	516	574	125	367	391	207	184	114
GRE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	24.500	24.500	49,00%	49,00%	51	49	-	-	51	49	2	-
Queluz Participações Ltda.	4.900	-	49,00%	0,00%	4	-	-	-	4	-	(1)	-
CIIP - Caio Induscar Industrial Participações Ltda.	4.900	-	49,00%	0,00%	4	-	-	-	4	-	(1)	-
Twice Investimentos e Participações Ltda.	980.000	759.500	49,00%	49,00%	-	574	-	367	-	207	-	114
CPA Centro de processamento de alumínio Ltda.	3.185.000	296.000	49,00%	49,00%	9.537	1.470	10.731	1.961	(1.194)	(491)	(703)	(563)
TVO Publicidade S.A.	1.640.939	1.640.939	20,79%	20,79%	6.279	8.960	25.029	23.031	(18.750)	(14.071)	(4.659)	4.540
Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A	6.924.095	4.324.074	17,65%	17,65%	266.240	232.578	297.239	258.792	(30.999)	(26.214)	(13.785)	(5.613)

10.6 Movimentação dos Investimentos

Empresa	2014					2015					Perda de investimento em coligada	2015		
	2013	Equivalência Patrimonial	Aumento de Capital	(Baixa)	Distribuição de lucros	2014	2014	Equivalência Patrimonial (DRE)	Equivalência Patrimonial (DRA -item (a))	Aumento de Capital			(Baixa)	Distribuição de lucros
Caio Induscar - Indústria e Comércio de Carrocerias Ltda.	174.089	43.963	-	-	-	218.052	218.052	18.110	(4.685)	-	-	(24.500)	-	206.977
Montgomery Participações S.A.	24.605	16.409	-	-	-	41.014	41.014	(818)	14.290	-	-	(8.364)	-	46.122
RC Participações S.A.	18.762	(463)	20.091	-	-	38.390	38.390	4.271	807	24	-	-	-	43.492
OM Linha 6 S.A. (a)	-	-	-	-	-	-	-	(530)	-	4.422	-	-	(159)	3.733
Tec Glass Indústria e Comércio de Vidros Ltda.	2.004	590	-	-	-	2.594	2.594	(435)	-	-	-	-	-	2.159
Fiberbus - Indústria e Comércio de Fibras de Vidro Ltda.	5.738	4.321	-	-	(5.880)	4.179	4.179	(646)	-	-	-	(1.959)	-	1.574
GR3 Distribuidora de Alumínio Ltda.	380	429	220	-	-	1.029	1.029	61	-	-	-	(539)	-	551
CEAC - Centro Administrativo Caio Ltda.	45	56	-	-	-	101	101	90	-	-	-	-	-	191
GRE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	(1)	25	-	-	24	24	1	-	-	-	-	-	25
Queluz Participações Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	(1)	-	5	-	-	(2)	2
CIIP - Caio Induscar Industrial Participações Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	(1)	-	5	-	-	(2)	2
Comercial de veículo Divena	10.862	161	-	(11.023)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Divena Litoral Veículos Ltda.	4.197	2.976	-	(7.173)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CLA Adm. e Participações Ltda.	4.102	351	-	(4.453)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Twice Investimentos e Participações Ltda.	89	(50)	269	-	-	308	308	4	-	-	(71)	-	(241)	-
CPA Centro de processamento de alumínio Ltda.	(56)	(283)	98	-	-	(241)	(241)	(344)	-	-	-	-	-	(585)
TVO Publicidade S.A.	(1.986)	(944)	4	-	-	(2.926)	(2.926)	(459)	(140)	-	(3)	-	-	(3.528)
Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A	(4.695)	(991)	1.059	-	-	(4.627)	(4.627)	(2.433)	-	1.589	-	-	-	(5.471)
	238.136	66.524	21.766	(22.649)	(5.880)	297.897	297.897	16.870	10.272	6.045	(74)	(35.362)	(404)	295.244
Classificado como Investimentos	244.873					305.691	305.691							304.828
Classificado como Provisão para perdas em investimentos	(6.737)					(7.794)	(7.794)							(9.584)
	238.136					297.897	297.897							295.244

(a) Refere-se substancialmente ao ajuste de conversão de balanço das controladas no exterior da investida Caio Induscar - Indústria e Comércio de Carrocerias, e ao valor justo de instrumento de hedge (*hedge accounting*) reflexo da Linha 4 do Metrô de São Paulo, oriundo da Montgomery Participações S.A..

11 Imobilizado

	Vida útil (anos)	2015		2014	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Aeronave	10	60.169	(16.145)	44.024	50.041
Veículo	5	134	(12)	122	-
Máquinas e Equipamentos	10	2	-	2	2
		60.305	(16.157)	44.148	50.043

Em abril de 2013 foi adquirida uma nova aeronave Marca Bombardier, modelo técnico CL-600-2B16 e modelo comercial Challenger, no valor de R\$ 60.169, que está alienada ao Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil por meio de contrato de leasing financeiro. Essa aeronave tem como objetivo:

- Viabilizar viagens a novos empreendimentos, pelos diretores da RuasInvest;
- Viagens nacionais e ao exterior relacionadas às participações societárias diretas e indiretas (CAIO Induscar, CAIO México, CAIO Chile); e
- Boa impressão e imagem associadas à excelência dos produtos e serviços do Grupo Ruas e suas “marcas” (RuasInvest e CAIO).
- As principais coberturas de seguro da aeronave referem-se a casco e guerra (US\$ 30 milhões), danos pessoais (US\$ 25 milhões) e responsabilidade civil (UD\$ 150 milhões).

a. A movimentação do custo do imobilizado nos exercícios de 2014 e 2015 está demonstrada no quadro abaixo

Custo	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Aeronave	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2014	-	-	60.169	60.169
Adições	2	-	-	2
Saldo em 31 de dezembro de 2014	2	-	60.169	60.171
Adições	-	134	-	134
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2	134	60.169	60.305

b. A movimentação do custo da depreciação nos exercícios de 2014 e 2015 está demonstrada no quadro abaixo

Depreciação	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Aeronave	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2014	-	-	(4.111)	(4.111)
Depreciação no período	-	-	(6.017)	(6.017)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	-	(10.128)	(10.128)
Depreciação no período	-	(12)	(6.017)	(6.029)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	(12)	(16.145)	(16.157)

12 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Garantia	Encargos	Mês de vencimento	2015	2014
Leasing	Aval	CDI + 2,8641% a.a.	04/2018	42.144	51.222
Capital de giro - Operação 4131	Aval	CDI + 1,7500% a.a.	04/2016	20.653	20.577
Mútos com partes relacionadas (nota 7)				-	898
				62.797	72.697
	Circulante			38.912	17.502
	Não circulante			23.885	55.195
				62.797	72.697

Os contratos desses empréstimos não possuem cláusulas restritivas (*Covenants*) ou outras dessa natureza.

13 Impostos e contribuições a recolher

	2015	2014
Cofins	944	-
IRRF	758	14
Pis	202	-
ISS	173	-
IOF	115	117
	2.192	131

14 Outras contas a pagar

	2015	2014
Valor a pagar referente à compra de participação societária das empresas Divena Litoral Ltda. e Divena Comercial de Veículos Ltda.	-	1.166
Outras contas a pagar	464	294
	464	1.460

15 Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2014, conforme informações dos assessores jurídicos à época, não existiam contingências com probabilidade de perda provável em andamento. No entanto, havia um processo administrativo em andamento relacionado a rateio de despesas tramitando em Tribunal Arbitral cuja probabilidade de perda avaliada pelos assessores jurídicos da Companhia era possível e o eventual montante envolvido era de R\$ 18.084 o qual representava 1/3 do valor da discussão.

Em 31 de dezembro de 2015, a Administração, consubstanciada na opinião dos assessores jurídicos, entendeu que uma provisão para contingência relacionada ao assunto mencionado anteriormente se faz necessária, tendo em vista que, em provável chance de condenação, a perda se dará no valor histórico acrescido da correção monetária e juros desde o requerimento da arbitragem, ou seja, junho de 2013.

A composição do saldo atualizado é apresentada a seguir:

	2015	2014
Projeto Banco Aliança (a)	4.038	-
(a) Valor provisionado e corrigido monetariamente pela Companhia caso haja condenação no procedimento arbitral instaurado em 23 de junho de 2013 em decorrência de litígio referente ao rateio de despesa do projeto Banco Aliança.		

Em 31 de dezembro de 2015, não há processos em andamento cuja probabilidade de perda é possível.

16 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as ações e o capital social estavam distribuídos entre os acionistas conforme abaixo:

	2015			2014		
	Quantidade de ações	Participação no capital em reais	Participação em %	Quantidade de ações	Participação no capital em reais	Participação em %
Ana Lúcia Dinis Ruas Vaz	107.000.000	107.000	33,33%	91.000.000	91.000	33,33%
Paulo José Dinis Ruas	107.000.000	107.000	33,33%	91.000.000	91.000	33,33%
Marcelo Dinis Ruas	107.000.000	107.000	33,33%	91.000.000	91.000	33,33%
	321.000.000	321.000	100,00%	273.000.000	273.000	100,00%

(i) Aumento de capital

Conforme registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP - em dezembro de 2015 e 2014, os acionistas deliberaram aumento de capital nos valores de R\$ 48.000 e R\$ 198.000, respectivamente, mediante o aproveitamento da conta de dividendos a pagar aos acionistas, reserva de lucros a realizar e adiantamento para futuro aumento de capital da sociedade. O aumento de capital deliberado foi integralizado na proporção de suas participações detidas no capital social da Companhia da seguinte forma:

	2015		2014	
	Data	Valor	Data	Valor
Aumento de capital				
Com a utilização de dividendos a pagar	30/12/2015	23.183	-	-
Com a utilização das reserva de lucros a realizar	30/12/2015	23.650	-	-
Com a utilização do AFAC/Dinheiro	30/12/2015	1.167	-	-
Com a utilização dos lucros acumulados	-	-	15/12/2014	172.794
Em dinheiro	-	-	15/12/2014	25.206
		48.000		198.000

b. Reserva legal

A reserva legal foi constituída a 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social.

c. Distribuição dos lucros (Dividendos) e Juros sobre capital próprio (JCP)

O Estatuto Social estabelece que os acionistas têm o direito de recebimento do dividendo mínimo obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) quota destinada a constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) lucros a realizar, transferidos para a respectiva reserva, e lucro anteriormente registrados nessa reserva que tem sido realizados no exercício.

Durante o exercício de 2014, a Administração propôs a distribuição de lucros equivalentes a 50% do lucro líquido do exercício ajustado pela reserva legal. Em 2015, a Administração calculou e provisionou juros sobre capital próprio conforme demonstrado a seguir:

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	3.244	48.807
(-) Efeito dos Juros sobre Capital Próprio	(4.950)	-
(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício ajustado	(1.706)	48.807
(x) Percentual da reserva legal	5%	5%
(=) Reserva legal	-	2.440
(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício ajustado pelo efeito da Reserva Legal	(1.706)	46.367
Distribuição de lucros proposto	-	23.183
Juros sobre capital próprio	4.950	-
Total do JCP e da distribuição de lucros proposta	4.950	23.183
Percentual da distribuição do lucro proposto sobre o lucro líquido ajustado	-	50%

(i) Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar (Movimentação)

	2015	2014
Saldo inicial	23.183	17.465
Dividendos a distribuir	-	23.183
Juros sobre capital próprio (JCP)	4.950	-
(-) IRRF sobre JCP	(743)	-
(-) Aumento de capital com dividendos	(23.183)	-
(-) Pagamento de dividendos	-	(17.465)
	4.207	23.183
Saldo final	4.207	23.183

d. Reserva de retenção de lucros

A Companhia apresenta em 31 de dezembro de 2015 um saldo de R\$ 245 (R\$ 25.601 em 2014). Em 30 de dezembro de 2015, foi utilizado o montante de R\$ 23.650 da reserva de retenção dos lucros para o aumento de capital.

17 Receita operacional líquida

	2015
Receita de prestação de serviços	
Prestação de serviço de intermediação de negócios (a)	10.172
	10.172
Deduções da receita bruta	
Impostos sobre serviços prestados	(1.450)
	8.722

(a) Refere-se a comissão por intermediação de negócios (compra e venda de chassis).

18 Despesas gerais e administrativas

	2015	2014
Despesas com depreciação	(6.029)	(6.017)
Serviços de terceiros - pessoa jurídica	(3.634)	(3.362)
Despesas com pessoal	(1.301)	(900)
Despesas com aeronave	(1.607)	(672)
Outras	(1.553)	(1.043)
	(14.124)	(11.994)
	(14.124)	(11.994)

19 Outras receitas e despesas operacionais

	2015	2014
Outras receitas operacionais		
Receita com venda dos investimentos (a)	-	26.500
Outras receitas	18	16
	18	26.516
Outras despesas operacionais		
Custo dos investimentos vendidos (a)	-	(13.438)
Perda na Alienação de Participação em coligadas (b)	(405)	-
Reembolso de despesas em participação de coligadas (c)	(1.746)	-
Provisão para contingência	(4.038)	-
Outras despesas	(1)	(499)
	(6.190)	(13.937)

- (a) Refere-se aos valores envolvidos na operação de venda dos investimentos mantidos na Comercial de Veículos Divena Ltda., Divena Litoral Veículos Ltda. e CLA Administração e Participações Ltda., sendo R\$ (22.649) oriundo do custo do investimento até a data da venda e R\$ 9.211 referente ao ganho por compra vantajosa.
- (b) Apuração contábil com o encerramento das atividades da destituição da Twice Investimento e Participações Ltda em setembro de 2015.
- (c) Reembolso efetuado a Odebrecht Transport S.A relativo a despesas incorridas pela OTP na licitação da Linha 6 do Metrô de São Paulo.

20 Resultados financeiros

	2015	2014
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	2.725	8.725
Juros sobre mútuos (Nota 7)	999	-
Juros sobre capital próprio de investida	1.658	-
Variação monetária ativa	2.438	-
Variação cambial ativa	7.421	-
Outras	-	299
	15.241	9.024
Despesas financeiras		
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(122)	(38)
Perdas em investimentos financeiros	-	(6.690)
Juros sobre empréstimos bancários	(10.012)	(13.259)
Juros sobre mútuos (Nota 7)	(4)	(732)
Variação monetária passiva	(4.206)	-
Variação cambial passiva	(1.321)	-
Comissões de fiança	(1.607)	(1.282)
Outras	(21)	(2.773)
	(17.293)	(24.774)

21 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2015	2014
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	3.244	51.539
(-) Efeito dos Juros sobre capital próprio	(4.950)	-
(=) Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social - ajustado pelo JCP	(1.706)	51.539
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	580	(17.523)
Equivalência patrimonial	5.736	22.618
Varição monetária	(601)	-
Varição cambial	2.074	-
Dividendos recebidos	6	-
Resultado tributável na venda de investimentos (*)	-	(3.655)
Juros sobre capital próprio recebidos de investidas	(564)	-
Compensação do prejuízo fiscal	-	1.096
Provisão para contingências	(1.373)	-
Outras adições e exclusões	(732)	(5.088)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	(2.552)
Ativo fiscal diferido não reconhecido	5.126	-
Alíquota efetiva	-	5%

(*) A Companhia optou pela sistemática do lucro real trimestral em 2015 e 2014, essa sistemática determina que a apuração do lucro real/prejuízo fiscal seja feita a cada trimestre do ano. O 3º. Trimestre de 2014 gerou um lucro real ocasionado substancialmente pela venda de algumas empresas (vide nota 19 letra (a)).

a. Prejuízos fiscais a compensar

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia apresentou, respectivamente, prejuízos fiscais a compensar no valor-base de R\$ 44.920 e R\$ 29.842. Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação a esses valores, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar os benefícios destes.

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

22 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia.

Gerenciamento de risco financeiro

Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta os seguintes riscos:

- Risco de liquidez;
- Risco de moeda; e
- Risco de taxas de juros

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

a. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 30 (trinta) dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros:

	Valor contábil	Valor futuro	Até 1 Ano	Superior a 1 Ano
Empréstimos	62.797	73.276	38.912	33.469
Outras a pagar	4.671	4.671	4.671	-
	<u>67.468</u>	<u>77.947</u>	<u>43.583</u>	<u>33.469</u>

b. Risco de moeda

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras na contratação de instrumentos financeiros. A Companhia não trabalha com a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

A Companhia não possui aplicações sujeitas a exposição por risco cambial.

A Companhia não possui empréstimos em moeda estrangeira.

c. Risco de taxa de juros

Análise de sensibilidade

As variações mais significativas estão atreladas às operações pós-fixadas registradas no grupo de empréstimos e aplicações financeiras e que são demonstradas por meio da análise de sensibilidade abaixo:

Exposição patrimonial			Taxa de juros efetiva em	Cenários				
Ativos financeiros	Exposição	Risco	2015	I - Provável	II - 25%	III - 50%	IV - 25%	V - 50%
Banco Safra	5.875	Variação do CDI	13,14%	772	193	386	(193)	(386)
Banco Safra	3.977	Variação da LTN	9,36%	372	93	186	(93)	(186)
Banco Citibank	557	Variação do CDI	12,52%	70	18	35	(18)	(35)
Banco Luso	5.484	Variação do CDI	14,23%	780	195	390	(195)	(390)
Banco Itaú	4	Poupança	2,49%	-	-	-	-	-
Banco Itaú	7	Poupança	4,375%	-	-	-	-	-
	15.904			1.994	499	997	(499)	(997)

Exposição patrimonial			Taxa de juros efetiva em	Cenários				
Passivo financeiros	Exposição	Risco	2015	I - Provável	II - 25%	III - 50%	IV - (25%)	V - (50%)
Banco Itaú Unibanco S.A	20.653	Variação do CDI	13,92%	2.874	719	1.437	(719)	(1.437)
Banco Bradesco	42.144	Variação do CDI	13,24%	5.580	1.395	2.790	(1.395)	(2.790)
	62.797			8.454	2.114	4.227	(2.114)	(4.227)

Gestão do capital

A política da Administração da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia definem como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro abaixo a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	2015	2014
Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	-	42.350
Títulos e valores mobiliários	4.469	6.296
	4.469	48.646
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	16.185	366
Contas a Receber	3.880	-
Empréstimos - partes relacionadas	46.825	9.266
Outras contas a receber	6.199	1.991
	73.089	11.623
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	62.797	72.697
Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio	4.207	23.183
Outras contas a pagar	464	1.460
	67.468	97.340

Mensuração do valor justo

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

- **Empréstimos** - São passivos com pagamentos fixos ou calculáveis e que não são cotados no mercado ativo. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
- **Aplicações financeiras** - conforme Nota Explicativa nº 5 referem-se a aplicações em papéis nacionais de renda fixa, lastreados em Certificados de Depósito Bancários (CDB), remunerados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).
- **Títulos e valores mobiliários** - conforme Nota Explicativa nº 9 referem-se a ações com cotação em bolsa de valores.

Em 31 de dezembro de 2015 os valores de mercado dos instrumentos financeiros “não derivativos” obtidos por meio da metodologia acima, apresentados apenas para fins de demonstração, são como segue:

	Saldo contábil	Valor justo
Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado		
Títulos e valores mobiliários	4.469	4.469
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	16.185	16.185
Contas a Receber	3.880	3.880
Empréstimos - partes relacionadas	46.825	46.825
Outras contas a receber	6.199	6.199
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Empréstimos	62.797	62.797
Outras contas a pagar	4.671	4.671

- **CPC 40 - Instrumentos Financeiros:** A evidenciação do CPC 40 estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Companhia, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 40 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizados na mensuração ao valor justo:
- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços).
- **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia está classificado nos seguintes níveis:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado			
Aplicações financeiras	15.904	-	-
Títulos e valores mobiliários	4.469	-	-

23 Compromisso de compra de investimento e garantias prestadas

A RUASINVEST Participações S.A. detém 50% das ações da Montgomery Participações S.A., que por sua vez participa com 30% na Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (Concessionária).

A Concessionária possui o seguinte controle acionário em 2015 e 2014:

Empresas	Participação %	
	2015	2014
Companhia de Concessões Rodoviárias (CCR).	60,00%	58,00%
Montgomery Participações S.A.	30,00%	30,00%
Mitsui & Co Ltd.	10,00%	10,00%
Benito Roggio Transporte S.A.	0,00%	1,00%
RATP Development S.A.	0,00%	1,00%
	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

Constituiu-se uma Fiança Bancária relativa à Fase I do financiamento no valor US\$ 30,000,000 como parte da estrutura de garantias que o Banco Interamericano de Desenvolvimento exigiu para viabilizar o empréstimo. Os títulos e valores mobiliários (ações de empresas) de propriedade da RuasInvest (nota 9) compõem o Cash Collateral bloqueado desta fiança.

Atualmente, esta Fiança Bancária está sendo rediscutida para compor uma nova estrutura de garantias, dessa vez relativas à Fase II, que iniciou-se desde 2013, mas que apenas em 2016 foram iniciados os desembolsos por parte da Concessionária.

24 Eventos subsequentes

24.1 OM Linha 6 Participações S.A. (“OM Linha 6”)

No início de 2016, a RUASINVEST aumentou sua participação acionária na OM Linha 6 Participações S.A, passando de 30% para 43%. O montante integralizado pela Companhia foi de R\$ 8.971. Com essa alteração, a participação indireta da RUASINVEST na Concessionária Move São Paulo (Linha 6 Laranja) passou de 5,88% para 8,43%. Em 05 de setembro de 2016, o Consórcio Move São Paulo anunciou a suspensão das atividades de construção da Linha 6-Laranja do Metrô, a Administração do Consórcio está estudando as alternativas cabíveis para reverter essa suspensão o mais rapidamente possível.

24.2 Contas a receber da AMA Waters LLC (Parte relacionada)

Em janeiro de 2016, os Acionistas da Companhia assinaram juntamente com os Acionistas da Santa Amélia Participações S.A. (“Santa Amélia”), parte relacionada, o “Instrumento Particular de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios” no qual a Companhia se obriga a ceder os direitos creditórios à Santa Amélia e essa última se obriga a pagar para Companhia o valor de US\$ 3.706.011, que será convertida em moeda corrente nacional considerando a PTAX-220, do Banco Central do Brasil, do dia imediatamente anterior em que ocorrer o exercício da compra, ajustada pela variação do dólar, desde a data de assinatura do contrato originário do mútuo e da taxa de juros estabelecida em 2,5% ao ano, mais LIBOR Trimestral.

Diretoria Executiva

Marcelo Dinis Ruas
Diretor Geral

Paulo José Dinis Ruas
Diretor Geral

Ana Lúcia Dinis Ruas Vaz
Diretora Geral

João Barbosa da Silva
Contador
CRC 1SP239108/O-5